

Demonstrações Financeiras 2021

tribanco
JUNTOS COM O VAREJO BRASILEIRO

Banco Triângulo S.A. CNPJ nº 17.351.180/0001-59

Relatório de Administração

Caros clientes, parceiros e acionistas,

Apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, com o Parecer dos Auditores externos, relativas ao exercício de 2021, do Banco Triângulo S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

O ano 2021 seguiu ainda marcado pelo impacto da pandemia gerada pela Covid-19, que gerou uma forte desaceleração da atividade econômica global, provocando uma significativa ruptura das cadeias produtivas e impactando nos índices de endividamento das pessoas físicas e jurídicas.

Diante de todo esse cenário, a Administração manteve e aprimorou a atuação realizada em 2020, em especial nas seguintes frentes: (i) Nossas Pessoas (ii) Compromisso com a Sociedade e o Meio Ambiente; (iii) Proteção do Caixa e Gestão do Capital; (iv) Gestão dos Riscos; (v) Integração de canais não presenciais.

(i) Nossas Pessoas

Nos posicionamos como empresa Pró Vacina e implementamos o Vacinômetro (informações compartilhadas pelos colaboradores) como forma de celebrar cada dose e nos fortalecemos nesse momento de pandemia através de boas notícias. A partir da vacinação, iniciamos uma transição do modelo de trabalho e passamos de 100% home office para modelo híbrido permitindo flexibilidade e segurança nesse período, garantindo todas as medidas de segurança.

Implantamos o eNPS, como indicador estratégico sendo seu objetivo medir a experiência dos nossos colaboradores e nortear nossas ações quanto ao cuidado com as pessoas. Tivemos 69% de aderência a pesquisa, demonstrando um bom engajamento dos colaboradores em uma ferramenta implantada pela primeira vez e no ano obtivemos 104% de atingimento da meta traçada. Isso reflete uma boa evolução na experiência do colaborador através de programas customizados conforme necessidades, desenvolvimento de líderes e colaboradores e principalmente a escuta ativa.

Criamos o projeto Innovation Partners. Identificamos, dentro de nossas próprias equipes, colaboradores que possam nos auxiliar em nosso processo de expansão e transformação digital. Em um primeiro momento, identificamos 40 colaboradores, de diferentes áreas. Além do mais, iniciamos o programa Level Up Tribanco que visa proporcionar conhecimento de mercado, capacitação técnica e experiência prática para jovens aprendizes. Estes jovens serão acelerados por profissionais de alta qualidade em tech, apoiados por mentores e especialistas das áreas do Tribanco, aumentando a possibilidade de serem efetivados nas nossas vagas de TI.

O tema de Diversidade, Equidade e Inclusão instaurou fortemente o ano através do programa Diversiti, com a formação de Grupos de Afinidade por temática, palestras para trocas sobre o tema, lançamento de iniciativas para fortalecer e acelerar ainda mais a diversidade na empresa.

(ii) Compromisso com a Sociedade e o Meio Ambiente

Aderimos ao Pacto Global da ONU e passamos pelo processo de aceleração "Ambição pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de alinhar a nossa estratégia aos princípios ASG - Ambientais, Sociais e de Governança. Mantivemos em 2021 nossa filiação à Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo e nos comprometemos publicamente a realizar ações com o objetivo de alcançar igualdade de gênero em posições de liderança até 2030.

Ainda em 2021, fortalecendo nosso compromisso com o Meio Ambiente, realizamos nosso primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) - ano base 2020. Neste ano, emitimos 1.904,84 toneladas de CO₂ e realizamos, em 2021, a nossa primeira neutralização de emissões de GEE, por meio de financiamento de projetos de conservação florestal na Amazônia (compra de créditos de carbono).

Desenvolvemos, ainda, ações como voluntariado, doações a organizações da sociedade civil e ações internas para redução de impactos ambientais e emissões de gases de efeito estufa, bem como iniciativas para promover a diversidade.

Aportamos, ainda, recursos no Instituto Alair Martins (IAMAR), braço social do Grupo Martins, que leva a jovens e adolescentes a educação para o empreendedorismo.

(iii) Proteção do Caixa e Gestão do Capital

Diversificamos as fontes de captação, ajustamos as simulações de cenário considerando o impacto da desaceleração da atividade econômica e o aumento do desemprego. Atravessamos o ano de 2021 sem contingências, preservando a liquidez da instituição.

(iv) Gestão do Risco de Crédito

Desde 2020 direcionamos os esforços do banco para que nossos clientes pudessem passar pelo momento de pandemia da melhor forma possível. No segmento pessoa jurídica, por exemplo, através de linhas de crédito competitivas, direcionadas para abastecimento das lojas e ganho de eficiência operacional (como financiamento de placas fotovoltaicas). Esta forma de atuação fez com que a inadimplência da carteira tenha seguido em trajetória satisfatória, a relação entre as despesas de provisões de crédito e a carteira fechou em 0,69%. Em 2022 seguiremos apoiando nossos clientes no cenário de retomada econômica.

(v) Integração de canais não presenciais

Direcionamos nossos investimentos para a integração do "onboarding" de clientes PJ, especialmente os empresários individuais, através dos canais "digitais" em estreita sinergia com o Martins. Conectamos crédito, serviços financeiros, seguros e consórcios, meios de pagamentos à plataforma comercial maximizando os benefícios do Programa de Fidelização BEM - Benefícios Exclusivos Martins. Adicionalmente, fomentamos o PIX como uma nova opção de pagamentos para os nossos clientes de maneira rápida e gratuita inclusive para o segmento B2B, implementando uma política comercial competitiva.

Passamos a oferecer os Seguros Saúde e Odonto Empresariais em parceria com a Sul América, complementando nossa oferta com uma visão integral das necessidades de nossos clientes.

Na Pessoa Física, destacamos o lançamento da nossa oferta de consórcios em parceria com a Rodobens e de um seguro com assistência saúde muito aderente aos anseios de suporte em saúde de nossos clientes do cartão Tricard.

Resultados

No ano 2021 alcançamos o lucro líquido de R\$ 51,5 MM com crescimento de 34,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pela melhora nas receitas com margens e serviços e tarifas.

Os ativos totais do Tribanco subiram 19,2% em comparação com dezembro de 2020 e o patrimônio líquido registrado foi de R\$ 651,4 milhões.

Destacamos o crescimento de 19,2% da carteira de crédito sendo:

- 45,9% em carteira dos cartões;
- 6,5% em pessoas jurídicas;

Gestão de Capital

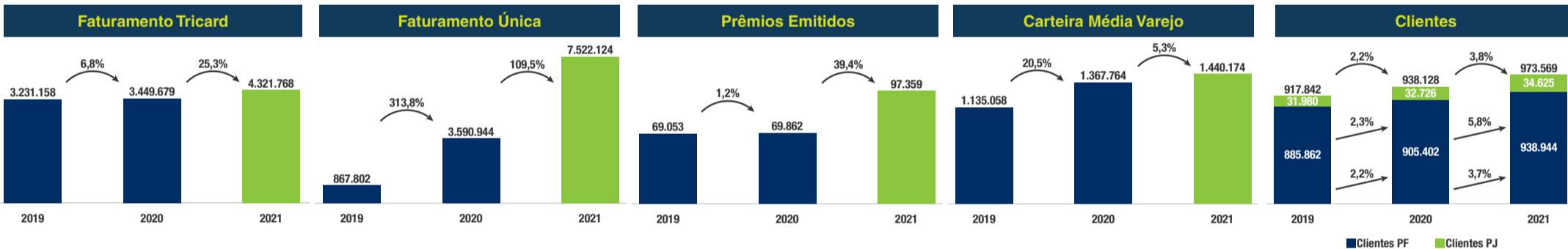
O gerenciamento de capital é realizado de forma contínua, através de metodologia que permite avaliar, em cenários de stress, o impacto de um ou mais parâmetro no capital da instituição. O Tribanco segue sólido com capital adequado para suportar seu crescimento. Em dezembro de 2021 o Índice de Basileia do Tribanco foi de 13,45%.

Sistema Martins

Somos parte do Sistema Martins - SIM, conglomerado de empresas financeiras e comerciais, dentre as quais se destacam o Martins S/A, Rede SMART, Tripag (Unica) e Tribanco Corretora de Seguros. Nossa missão é oferecer crédito, serviços financeiros, meios de pagamentos, seguros e consórcios para atender à necessidade dos pequenos e médios varejistas brasileiros. Por meio da Tripag oferecemos meios de pagamento como a ÚNICA, cartões private label e bandeirados - cartões Tricard - para consumidores finais e varejistas. No ano de 2021 o faturamento atingiu R\$ 4,3 bilhões, o que representa um crescimento de 25,3% em relação a 2020, sendo que o número de cartões atingiu 946 mil.

A ÚNICA é o negócio de meios de pagamentos (adquirente) do nosso ecossistema que integra soluções e benefícios financeiros e que em 2021 atingiu 6,6 mil clientes que faturaram R\$ 7,6 bilhões, e a operação passou a apresentar resultado positivo com menos de 3 anos de operação.

Com a Tribanco Corretora de Seguros oferecemos soluções em seguros para toda a cadeia do varejo e fechamos ano com R\$ 97,4 milhões em prêmios emitidos, crescimento de 39,4% em relação a 2020 e com 1.186 mil apólices ativas.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		3.280.778	2.509.392	Circulante		1.911.174	1.516.864
Caixa e equivalentes de caixa	4	570.051	579.672	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.291.678	1.013.506
Instrumentos financeiros		2.105.582	1.516.062	Depósitos	14	736.969	584.711
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.501	17.775	Depósitos à vista		341.524	393.415
Títulos e valores mobiliários	6	167.678	61.803	Depósitos interfinanceiros		218.315	52.686
Relações interfinanceiras		63.954	40.066	Depósitos a prazo		155.640	113.480
Carteira de crédito		2.058.365	1.531.947	Outros Depósitos		21.490	25.130
Operações de crédito	7	1.370.317	986.772	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	260.612	183.564
Outros créditos com característica de concessão de crédito				Relações interfinanceiras	16	241.843	185.995
Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito	7	688.048	545.175	Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros		3.269	6.104
Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito	8	(189.916)	(135.529)	Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	17	48.985	53.132
Outros ativos	10	605.145	413.658	Outros passivos Financeiros	19	619.495	503.358
Não circulante		1.208.216	1.256.404	Não Circulante		1.926.422	1.737.818
Instrumentos financeiros		684.022	766.671	Exigível a longo prazo		1.926.422	1.737.289
Títulos e valores mobiliários	6	76.731	68.851	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.823.463	1.694.797
Carteira de crédito		631.141	724.820	Depósitos	14	1.403.222	1.264.201
Operações de crédito	7	622.658	720.615	Depósitos interfinanceiros		253.399	298.257
Outros créditos com característica de concessão de crédito				Depósitos a prazo		1.149.823	965.944
Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito	7	8.483	4.205	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	407.122	223.717
Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito	8	(23.850)	(27.000)	Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	17	73.119	117.524
Outros ativos	10	16.483	15.000	Dividas subordinadas	18	-	89.355
Créditos tributários	9	108.941	88.498	Outros passivos Financeiros	19	11.524	13.362
Investimentos		316.303	317.269	Provisões	20	31.243	29.130
Investimentos em participações em coligadas e controladas	11	314.480	316.055	Resultado de Exercícios Futuros		192	529
Outras participações em coligadas e controladas		1.823	1.214	Patrimônio líquido	22	651.398	511.114
Outros investimentos	12	10.755	9.804	Capital social de domiciliados no País		424.996	309.801
Imobilizado de uso		44.921	41.217	Reservas de capital		3.590	3.590
Imobilizado em uso (Depreciação acumulada)		(34.166)	(31.413)	Reservas de lucros		222.841	197.798
Ativos intangíveis		71.712	59.162	Outros resultados abrangentes		(29)	(75)
Ativos intangíveis (Amortização acumulada)	13	141.626	119.084				
		(69.914)	(59.922)				
Total do ativo		4.488.994	3.765.796	Total do passivo e patrimônio líquido		4.488.994	3.765.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reservas de capital	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Expansão	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	285.293	-	-	3.590	42.886	127.151	-	-	458.919
Ajuste de avaliação patrimonial títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(71)
Ajuste de avaliação patrimonial títulos empresa coligada	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Aumento de capital	20.544	-	3.964	-	-	-	-	24.508	49.016
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	38.359	38.359
Destinações:									
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,044788 por ação	-	-	-	-	-	(10.599)	-	-	(10.599)
Reserva legal	-	-	-	-	1.918	-	-	(1.918)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	36.441	-	(36.441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	305.837	-	3.964	3.590	44.804	152.993	(75)	-	511.114
Ajuste de avaliação patrimonial títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	55	-	55
Ajuste de avaliação patrimonial títulos empresa coligada	-	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Aumento de capital	96.640	22.519	(3.964)	-	-	-	-	115.195	127.960
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	51.537	51.537
Destinações:									
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,091971 por ação	-	-	-	-	-	(26.493)	-	-	(26.493)
Reserva legal	-	-	-	-	2.577	-	-	(2.577)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	48.960	-	(48.960)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	402.477	22.519	-	3.590	47.381	175.460	(29)	-	651.398
Saldos em 30 de junho de 2021	309.801	3.432	-	3.590	46.304	141.640	(86)	28.492	533.173
Ajuste de avaliação patrimonial títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	66	-	66
Ajuste de avaliação patrimonial títulos empresa coligada	-	-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Aumento de capital	92.676	19.087	-	-	-	-	-	111.763	111.763
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	21.545	21.545
Destinações:									
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,052559 por ação	-	-	-	-	-	(15.140)	-	-	(15.140)
Reserva legal	-	-	-	-	1.077	-	-	(1.077)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	48.960	-	(48.960)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	402.477	22.519	-	3.590	47.381	175.460	(29)	-	651.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fechamos o ano com cerca de 973,6 mil clientes, sendo 939 mil pessoas físicas e 34 mil pessoas jurídicas, por meio da diversificação da nossa oferta de produtos e serviços e sem perder de vista os esforços contínuos na melhora da jornada do cliente dentro do Sistema Martins.

Os ratings Nacionais de Longo e de Curto Prazos emitidos pela Fitch Ratings obtiveram nota A (bra) e a classificação de risco emitida pela RiskBank foi BRMP1, o que reflete o prudente gerenciamento de risco e a adequada qualidade dos nossos ativos.

Tendo o cliente a experiência do cliente como a principal estratégia da nossa operação, investimos em tecnologias que nos permitem conhecer ainda mais suas necessidades. Adquirimos empresas dos ramos de **customer behavior**, inteligência e análise de dados que certamente contribuirão para que sejamos ainda mais assertivos, ágeis, próximos e surpreendentes no nosso relacionamento. A integração de organizações de outros ramos também nos possibilita ampliar o portfólio e qualificar a nossa proposta de valor. Iniciativas como essas, dentre outras, nos colocam de vez na era do **open banking**, o que nos estimula a sermos ainda mais transparentes e competitivos. Estamos abertos e queremos empoderar nossos clientes para que possam desfrutar dos benefícios que oferecemos da maneira que lhes for mais conveniente - sempre de modo que sejam respeitadas as diretrizes dos órgãos reguladores e as novas regras da Lei Geral de Proteção de Dados.

O ano de 2021 marcou a confirmação da retomada dos nossos negócios iniciados em 2020 e todas estas grandes conquistas consolidaram uma fase importante para nós e nossos clientes e nos impulsionam a alcançar marcos ainda maiores em nossa trajetória.

Gerenciamento de Riscos

Consideramos a gestão de riscos um assunto estratégico e um dos valores fundamentais para nossas tomadas de decisão. Nosso processo de gestão de riscos corporativos de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, cibemético e socioambiental conta com a participação de todas as estruturas hierárquicas, ou linhas de defesa, de modo a fortalecer o processo de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos.

Nossa gestão integrada de riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos e ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco em seu site "O Tribanco - Informações financeiras" no endereço de acesso público: <http://www.tribanco.com.br>

Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é nosso principal órgão no gerenciamento de Capital do Banco Triângulo S/A e suas empresas controladas, sendo responsável por aprovar a política institucional e as diretrizes acerca do nível de capitalização da empresa. Em cumprimento à regulamentação do Banco Central do Brasil prevista na Resolução CMN nº 4.557/17, atualizada pela Resolução CMN nº 4.745/19, temos adotado uma política de gerenciamento de Capital constituída de princípios e procedimentos. Aplicamos processos contínuos de monitoramento e controle, visando a assegurar adequação de capital, de forma tempestiva, alinhada às melhores práticas e compatíveis com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a nossos clientes.

Ouvidoria

Nossa Ouvidoria encontra-se regularmente constituída de acordo com a Resolução CMN nº 4.860/2020, do Banco Central do Brasil, prestando atendimento de última instância às demandas de nossos clientes e usuários de produtos e serviços que não tenham sido solucionadas nos canais de atendimento primário. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação entre nós e nossos clientes, especialmente na mediação de conflitos, atuando também nas demandas que são encaminhadas à instituição por meio do Banco Central do Brasil, das plataformas 0800, Consumidor.gov, Reclame Aqui, e-mail's, além dos Procons e demais órgãos públicos e privados de proteção e defesa do consumidor.

Em função dos bons trabalhos desenvolvidos em 2021, nossa Ouvidoria ficou fora do ranking nos dois primeiros Trimestres, pois tivemos menos de 30 ocorrências procedentes no período de avaliação. No 3º Trimestre ocupamos o 9º Lugar com a Nota 4,34 e do 4º Trimestre ocupamos o 15º Lugar com a Nota 4,21. O Ranking de Qualidade de Ouvidorias do Banco Central observa os seguintes critérios: Prazo Médio de Respostas, Reclamações sobre a Qualidade da Resposta e Quantidade de Demandas Procedentes, bem como a filiação ao Consumidor.Gov., e agora no 4º Trimestre foi inserido na Classificação do Ranking as IP's.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Operações de crédito	24	258.320	484.822	418.508
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	25	26.098	35.125	21.895
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	25 b	10.119	18.304	-
Resultado de operações de câmbio		-	-	243
Operações de				

Demonstrações Financeiras 2021

tribanco
JUNTOS COM O VAREJO BRASILEIRO

Banco Triângulo S.A. CNPJ nº 17.351.180/0001-59

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2021				2021		
	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020		2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais:							
Resultado antes dos tributos	13.265	64.039	63.741	91.302	20.049	180.790	
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:							
Depreciações e amortizações	7.400	14.271	13.029	1.371	4.130	95	
Provisão/Reversão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(150)	113	1.805	370	411	12	
Provisão/Reversão para bens não de uso próprio	(606)	(1.197)	(3.135)	(3.472)	(5.352)	(1.666)	
Resultado de participação em controladas	(16.034)	(22.147)	(6.878)	(14.497)	(26.963)	(11.017)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.161	176.473	170.577	(402)	23.113	(472)	
Resultado captação de obrigações de dívidas subordinadas	158	1.520	2.880	(56.027)	(190.355)	(28.819)	
Resultado ajustado antes das variações de ativos e passivos	96.194	233.072	242.019	(72.637)	(118.372)	34.196	
Variação de ativos e passivos:							
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	17.731	12.274	(6.519)	20	76.644	76.063	
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras (Ativo/Passivo)	265.905	306.123	165.845	111.763	115.195	24.508	
(Aumento) Redução em operações de crédito	(166.439)	(410.593)	(386.973)	–	–	(3.724)	
(Aumento) Redução em outros créditos	(223.310)	(348.220)	(278.400)	–	–	–	
(Aumento) Redução em outros valores e bens	6.415	7.694	9.404	–	–	–	
Aumento (Redução) em depósitos	216.865	291.278	471.724	–	–	–	
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	219.510	260.453	86.110	–	–	–	
Aumento (Redução) em relações interdependências	(5.205)	(2.836)	170	–	–	–	
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(28.127)	(48.552)	78.761	–	–	–	
Aumento (Redução) em outras obrigações	(303.352)	(257.607)	(21.204)	–	–	–	
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(164)	(336)	(320)	–	–	–	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.510)	(22.702)	(7.807)	–	–	–	
	(4.892)	(213.023)	(61.229)	96.623	88.702	10.185	
				115.288	(9.621)	225.171	
				454.763	579.672	354.501	
				570.051	570.051	579.672	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31/12/2021 e 31/12/2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Triângulo S.A. ("Banco" ou "Tribanco"), com sede na cidade de Uberlândia - MG, à Avenida Cesário Alvim, 2209 é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de forma explícita e sem reservas, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Triângulo S.A. em 24 de março de 2022.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento conceitual básico (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.
- CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela Resolução Bacen nº 2/2020.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução nº 4.748/19.

A partir de 01 de janeiro de 2021 as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.720/19 e pela resolução BCB número 2 de 12/08/2020, que estabelece os critérios gerais para elaboração e divulgação, foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

No Balanço Patrimonial os ativos e passivos foram apresentados em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, segregados entre circulante e não circulante, bem como foram adotados as nomenclaturas e grupamentos contábeis citados na referida circular.

Na Demonstração de Resultados as principais receitas e despesas de intermediação financeira foram segregadas e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito estão apresentadas após o resultado de intermediação. O Resultado Não Operacional passou a ser apresentado como Outras Receitas e Outras Despesas.

As demonstrações financeiras estão acompanhadas de notas explicativas e de forma completa.

3. Práticas contábeis

a. Principais práticas em linha com as novas normas e alterações aplicáveis a partir de 01/01/2021.
Resolução CMN nº 4.747, de 29 de agosto de 2019.
Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro que atenda às seguintes condições:

- I - seja realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou
- II - tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

O Banco aplicou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados.

Resolução CMN nº 4.877, de 23 de dezembro de 2020.
A norma estabelece os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados.

A norma permitiu a determinação da taxa de desconto de que tratam os itens 83 a 86 do Pronunciamento CPC 33 (R1) com base no rendimento médio de mercado apurado nos seis meses anteriores à data a que se referem as demonstrações financeiras, observados os demais dispositivos previstos no pronunciamento. Ao utilizar essa faculdade, as instituições deverão (i) aplicá-la de forma prospectiva; (ii) evidenciar, em nota explicativa, o valor do efeito no Patrimônio Líquido caso fosse utilizada à taxa de que trata o item 83 do CPC 33 (R1); e (iii) aplicar a taxa de desconto média de forma consistente ao longo do tempo.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados.

Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020.
A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.
A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados. Com relação aos artigos 10 e 11, o Banco iniciou a avaliação dos impactos, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

b. Apuração do resultado
É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

c. Caixa e equivalentes de caixa
São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez
São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste ao valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do período mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.
- Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

f. Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balanços mensais e balanços, conforme Circular 3082 do BACEN. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de fluxo de caixa:** na categoria de hedge de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da

instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, regista-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. O Tribanco não utiliza a prerrogativa da contagem em dobro prevista na Resolução CMN nº 2.682/99.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, como a inclusão de um bem imóvel, possibilitando assim, um upgrade de nível de rating.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

h. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

i. Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

j. Imobilizado
Correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de impostos sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil econômica do ativo, ou seja, o período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros.

k. Intangível
Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pela vida útil ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

l. Valor de recuperação dos ativos
Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

m. Passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

n. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

o. Provisão para garantias financeiras prestadas
Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%.

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases de diferenças temporárias, conforme Resolução CMN 4.842/2020. Os créditos tributários referentes a Contribuição Social estão constituídos à alíquota de 20%, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 publicada em novembro de 2019.

q. Estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

r. Benefícios a empregados
(i) Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida
As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas com um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefício definido
A obrigação líquida do Banco para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão no retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

s. Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Tribanco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	555	876
Aplicações em operações compromissadas	569.496	578.796
Total	570.051	579.672

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros - CDI	5.501	17.775
Total	5.501	17.775

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria - LFT	229.363	95.153
Vinculados à prestação de garantias - LFT	15.045	35.501
Total	244.408	130.654

Nas datas-bases acima indicadas, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como disponíveis para venda.

Nos períodos acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

b. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos, demonstrados pelos seus valores de contábil (custo) e mercado, têm a seguinte composição:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda:				
Carteira própria - LFT	229.384	229.363	95.246	95.153
Vinculados à prestação de Garantias - LFT	15.049	15.045	35.517	35.501
Total	244.433	244.408	130.763	130.654

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

c. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Títulos disponíveis para a venda:						
LFT	167.678	76.730	244.408	61.803	68.851	130.654
Total	167.678	76.731	244.408	61.803	68.851	130.654

7. Carteira de crédito

As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	1.354.543	1.232.069
Cartões de crédito	370.516	183.883
FINAME/BNDES	122.575	171.235
Compror	50.432	49.929
Títulos descontados	50.905	50.328
Financiamentos à exportação	8.757	5.850
Demais direitos creditórios	31.660	9.181
Adiantamentos a depositantes	1.076	881
Crédito Pessoal	2.329	4.031
Subtotal - operações de crédito	1.992.975	1.707.387

Demonstrações Financeiras 2021

tribanco

JUNTOS COM O VAREJO BRASILEIRO

Banco Triângulo S.A. CNPJ nº 17.351.180/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31/12/2021 e 31/12/2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal	Total geral da carteira - 31/12/2020		
				Provisão - Resolução n° 2.682/99 (i)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	540.831	-	540.831	-	2.542
A	De 0,50 a 0,99	1.054.236	-	1.054.236	5.271	10.592
B	De 1,00 a 2,99	208.315	8.213	216.528	2.165	1.774
C	De 3,00 a 9,99	251.775	10.801	262.576	7.877	8.120
D	De 10,00 a 29,99	20.764	9.644	30.408	3.041	127
E	De 30,00 a 49,99	12.250	9.165	21.415	6.425	-
F	De 50,00 a 69,99	5.383	7.159	12.542	6.271	-
G	De 70,00 a 99,99	8.752	6.702	15.454	10.818	-
H	100,00	31.928	70.849	102.777	102.777	-
Total		2.134.234	122.533	2.256.767	144.645	17.884

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal	Carteira de Cartões de Crédito - 31/12/2020		
				Provisão - Resolução n° 2.682/99 (i)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	20.660	-	20.660	-	100
A	De 0,50 a 0,99	517.196	-	517.196	2.586	3.748
B	De 1,00 a 2,99	28.673	8.097	36.770	368	177
C	De 3,00 a 9,99	29.800	9.900	39.700	1.192	844
D	De 10,00 a 29,99	3.874	9.154	13.028	1.303	10
E	De 30,00 a 49,99	2.768	8.750	11.518	3.454	-
F	De 50,00 a 69,99	1.737	6.770	8.507	4.253	-
G	De 70,00 a 99,99	1.520	6.215	7.735	5.415	-
H	100,00	12.773	59.949	72.722	72.722	-
Total		619.001	108.835	727.836	91.293	4.879

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal	Demais Operações - 31/12/2020		
				Provisão - Resolução n° 2.682/99 (i)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	520.171	-	520.171	-	2.442
A	De 0,50 a 0,99	537.040	-	537.040	2.685	1.573
B	De 1,00 a 2,99	179.642	116	179.758	1.797	1.597
C	De 3,00 a 9,99	221.975	901	222.876	6.685	7.276
D	De 10,00 a 29,99	16.890	490	17.380	1.738	117
E	De 30,00 a 49,99	9.482	415	9.897	2.971	-
F	De 50,00 a 69,99	3.646	389	4.035	2.018	-
G	De 70,00 a 99,99	7.232	487	7.719	5.403	-
H	100,00	19.155	10.900	30.055	30.055	-
Total		1.515.233	13.698	1.528.931	53.352	13.005

(i) A classificação das operações em curso anormal não contempla o total das parcelas vencidas até 14 dias dos contratos.

(ii) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo exigido pela Resolução n° 2.682/99, para refletir o percentual obtido pelo critério de provisionamento para devedores de operações de crédito. Esse critério é baseado em sistema de crédito, que leva em consideração o score da operação, estruturado mediante avaliação da carteira de crédito, aliada a estudo de diversas variáveis e levantamento de probabilidades, em conformidade às normas previstas na referida Resolução, de acordo com as faixas de provisão mencionadas.

Diante da incerteza causada pelo atual cenário econômico, bem como a expectativa de deterioração do cenário econômico com o consequente aumento da inadimplência, o Banco decidiu reforçar a provisão para créditos de liquidação duvidosa em R\$ 1.053, chegando ao montante de R\$ 18.937, em 31 de Dezembro de 2021 (2020 - R\$ 17.884).

e. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020
Principal devedor	26.450	1%	14.561	1%			
10 maiores devedores	117.864	4%	125.492	6%			
20 maiores devedores	151.287	6%	154.074	7%			
50 maiores devedores	174.543	6%	190.552	8%			
100 maiores devedores	196.197	7%	214.617	10%			
500 maiores devedores	591.272	15%	387.116	17%			
Demais clientes	1.631.893	61%	1.170.355	51%			
Total	2.689.506		2.256.767				

f. Cessões de crédito

No exercício de 2021, o Banco realizou cessão de crédito junto a terceiros, sendo, operações vigentes, no montante de R\$ 382.792 (R\$ 215.008 em 2020), gerando um resultado de R\$ 11.801 (R\$ 608 em 2020) e operações classificadas no Rating "HH" (operações em prejuízo), no montante de R\$ 85.824 (R\$ 142.880 em 2020), com impacto no resultado de R\$ 4.428 (R\$ 6.667 em 2020). Estas cessões de carteira foram classificadas na categoria como sem retenção substancial de riscos e benefícios, nas quais o Banco não está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional. De acordo com a regra em vigor e a classificação de categoria destas cessões, estes montantes foram reconhecidos no resultado do período.

8. Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito

a. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	01/07/2021	01/01/2021	01/01/2020
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito e outros créditos:			
Saldos no início do período	(167.279)	(162.529)	(199.482)
(Provisão)	(141.341)	(285.628)	(269.417)
Reversão	52.325	109.141	98.840
Baixa de créditos para prejuízo	42.530	125.250	207.530
Saldos no final do período	(213.766)	(213.766)	(162.529)

No exercício de 2021 houve recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 36.707 (R\$ 51.280 no exercício de 2020), conforme nota nº 24. No exercício de 2021 houve operações renegociadas no montante R\$ 91.410 (R\$ 90.442 no exercício de 2020), cujas respectivas provisões para crédito de liquidação duvidosa se mantiveram no nível de classificação anterior à renegociação e são alterados de acordo com os pagamentos subsequentes por parte do cliente.

b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto

	31/12/2021	31/12/2020
Cartões de crédito	129.341	86.623
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	70.688	62.914
Cartões de crédito - Compras a faturar	7.470	5.875
Compror	1.468	1.511
FINAME/BNDES	1.309	1.931
Crédito Pessoal	516	904
Adiantamentos a depositantes	365	541
Títulos descontados	604	501
Financiamentos à exportação	88	57
Demais direitos creditórios	47	7
Outros créditos	1.870	1.665
Total	213.766	162.529

9. Créditos Tributários

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários.

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, estando assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Crédito tributário - Imposto de renda		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.110	35.993
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	6.192	6.086
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	8	21
Sobre diferenças temporárias - outros	5.214	7.068
Total sobre diferenças temporárias - Imposto de Renda	60.524	49.168
Crédito tributário - Contribuição social		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.285	28.792
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	4.953	4.869
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	5	17
Sobre diferenças temporárias - outros	4.174	5.652
Total sobre diferenças temporárias - Contribuição social	48.417	39.330
Total classificado em outros créditos	108.941	88.498

(b) A movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias é a seguinte, considerando 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda		
Saldo inicial	49.168	39.330
Constituição	68.865	55.092
Realização	(57.509)	(46.005)
Saldo final	60.524	48.417
Contribuição social		
Saldo inicial	49.168	39.330
Constituição	55.092	46.005
Realização	(46.005)	(39.330)
Saldo final	48.417	39.330

(c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O cronograma de realização dos créditos tributários está apresentado a seguir em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020:

	Valor contábil	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias
	31/12/2021	31/12/2020
2020	-	47.561
2021	47.561	29.340
2022	29.340	4.189
2023	4.189	1.296
2024	1.296	6.112
2025	6.112	-
Total	108.941	88.498

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 94.179 (R\$ 84.356 em 31 de dezembro de 2020).

Observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 103.514 (R\$ 108.063 em 31 de dezembro de 2020), correspondente a 218% (416% em 31 de dezembro de 2020) da respectiva projeção de utilização para o período de 2021, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2020.

10. Outros ativos

a) Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber junto a bandeiras e lojistas de cartões	443.040	278.236
Impostos e contribuições a compensar	70.904	53.220
Devedores por depósitos em garantia (a)	16.483	15.000
Valores a receber sociedades ligadas (nota 23)	6.798	6.889
Seguros a receber	1.366	1.437
Correspondente bancário	5.299	6.881
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	1.473	912
Valores a receber concessionárias	4.867	512
Adiantamentos salariais	440	625
Devedores diversos - País (b)	28.591	16.381
Total	579.161	379.693
Circulante	562.678	364.693
Não circulante	16.483	15.000

(a) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 7.347 (R\$ 7.239 em 31 de dezembro de 2020), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 1.134 (R\$ 1.420 em 31 de dezembro de 2020), e outros depósitos referentes à FGTS, INSS e a caução processual civil no montante de R\$ 1.853 (R\$ 2.018 em 31 de dezembro de 2020). (b) Referem-se, substancialmente, a valores a receber em D+1 pelo serviço de coleta de numerário e liquidações de operações de crédito a resgatar junto a correspondentes.

b) Ativos não financeiros mantidos para venda

	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis	44.549	51.865
Provisão para desvalorização	(6.363)	(7.560)
Total	38.186	44.305

Empresas Controladas	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de equivalência 2º Semestre		Resultado de equivalência	
				31/12/2021	31/12/2020	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	15.000	19.151	100%	19.151	18.160	822	680	990	1.456
Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	1.026	-
Triângulo Corretora de Seguros S.A.	3.000	24.868	100%	24.868	23.635	10.512	6.236	16.712	10.480
Tripart Meios de Pagamento Ltda.	230.519	266.430	100%	266.430	263.962	3.595	(4.263)	2.477	(13.322)
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	100	4.031	100%	4.031	10.298	1.105	1.170	1.968	1.944
Total				314.480	316.055	16.034	4.849	22.147	6.878

12. Imobilizado de uso

Imobilizações em curso	Imóveis de uso			Móveis e equipamentos			Outras imobilizações de uso		
	Terrenos	Edificações	Instalações	Terrenos	Edificações	Instalações	Sistema de Processamento de dados	Outros (*)	Total
		4%	10%			7-25%		8-25%	
Saldo em 31/12/2020	66	116	5.440	5.323	5.772	21.414	3.086	41.217	
Aquisições	528	-	-	12	395	4.235	182	5.352	
Depreciação	-	-	-	(1.024)	(61)	(47)	(516)	(1.647)	
Saldo em 31/12/2021	594	116	5.440	4.311	6.105	25.603	2.751	44.921	
Saldo em 31/12/2020	-	-	(4.636)	(2.993)	(3.668)	(17.694)	(2.422)	(31.413)	
Despesa	(220)	-	(220)	(455)	(435)	(2.601)	(278)	(3.989)	
Depreciação	-	-	-	676	41	42	477	1.236	
Saldo em 31/12/2021	66	116	804	2.330	2.104	3.720	664	9.804	
Saldo em 31/12/2020	594	116	584	1.538	2.044	5.350	529	10.755	

(*) comunicação, segurança e transporte

Imobilizado de uso

Imobilizações em curso	Imóveis de uso			Móveis e equipamentos			Outras imobilizações de uso		
------------------------	----------------	--	--	-----------------------	--	--	-----------------------------	--	--

tribanco

JUNTOS COM O VAREJO BRASILEIRO

Demonstrações Financeiras 2021

Banco Triângulo S.A. CNPJ nº 17.351.180/0001-59

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31/12/2021 e 31/12/2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período, no montante de R\$ 26.493 em 31 de Dezembro de 2021 a partir de Reserva de Lucros. Para o ano de 2020 a Resolução 4.820/20 do CMN vedou as instituições remunerar o capital próprio dos acionistas inclusive em forma de antecipação, acima do mínimo previsto no estatuto da companhia, com vigência até 31 de dezembro de 2020.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas

condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos, é denominada pela administração como "Reserva de Expansão". O saldo é limitado ao montante do capital social. O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

23. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução 4.818/2020 do CMN e foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazo de vencimento e taxas de remuneração pactuadas e são as seguinte.

(i) Vide nota explicativa 20.

b) Outras despesas operacionais

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Descontos concedidos em renegociação (ii)	64.813	77.385	32.333
Provisão nas contingências trabalhistas (i)	2.488	4.901	3.761
Perdas em ações civis	1.063	2.379	3.497
Provisão nas contingências civis (i)	1.145	2.150	3.187
Despesas operacionais bandeira	4.558	8.023	3.110
Perdas em ações trabalhistas	3.196	5.467	1.524
Despesas bens retomados	168	352	429
Provisão para contingências fiscais (i)	361	600	475
Multas, juros e acréscimos fiscais	262	509	466
Outras variações monetárias passivas	975	1.401	-
Outras	2.011	3.220	2.192
Total	81.040	106.387	50.974

(i) Vide nota explicativa 20.

(ii) Em Agosto de 2021 foi realizada Cessão de Carteira H, gerando efeito na linha de Desconto Concedido no montante de R\$ 46.574 e um resultado com Receita de Cessão de R\$ 6.523.

33. Benefícios a empregados

O Banco Triângulo é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a entidade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido no montante de R\$ 783, reconhecido no balanço patrimonial, para o qual o Banco realizou contribuição de 0,14% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e a entidade.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio Reefeição e Cesta Alimentação, Auxílio Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos.

O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

Durante o período o montante de contribuições do Banco junto ao Fundo Administrador atingiu R\$ 1.261 (R\$1.878 em 2020).

34. Índice de Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro deste contexto regulamentar, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 9,25%, sendo 85% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 1,25% Adicional de Capital. O Índice de Basileia em Dezembro de 2021 foi de 13,45% (13,43% em 31 de dezembro 2020).

Composição do Patrimônio de Referência (PR)

	31/12/2021	31/12/2020
Nível I	510.451	374.390
Capital Principal	510.451	374.390
Nível II	-	80.000
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	-	80.000
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	510.451	454.390
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	3.795.801	3.383.620

	31/12/2021	31/12/2020
RWACPAD	3.089.885	2.796.068
RWACPAD	705.916	587.552
RBAN	10.434	12.343

Índice de Basileia (%)

	31/12/2021	31/12/2020
Nível I (%)	13,45	13,43
Nível II (%)	-	2,37

35. Gerenciamento de capital e Análise de Sensibilidade

a. Gerenciamento de Capital

A estrutura e o processo de gerenciamento de capital do Banco Triângulo e suas empresas controladas são compatíveis com os requisitos definidos na Resolução CMN nº 4.557 do Banco Central do Brasil. A gestão de capital do conglomerado visa a implantação de processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo grupo, estabelecido pela avaliação da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição e destinados a manter o capital compatível com a RAS (Declaração de Apetite ao Risco).

As diretrizes da gestão de capital são definidas pelo Conselho de Administração, que avalia e delibera sobre a Política de Gerenciamento de Capital, cenários de estresses e limites estabelecidos para a gestão de capital, dado que, além do limite estabelecido pelo Banco Central do Brasil, o Triângulo e suas Controladas adotam um limite interno, avaliado pelo Comitê de Finanças e Riscos e aprovado pelo Conselho de Administração, para tomada de decisão de forma tempestiva, visando mitigar o risco de rompimento do limite mínimo regulatório.

O Plano de Capital do Banco Triângulo e suas empresas controladas é consistente com o Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano de Contingência é composto por 3 (três) níveis de contingências, a saber:

- Contingência Nível 1: acionado caso o rompimento do limite interno ocorra após o 18º (dezoito) mês da projeção;
- Contingência Nível 2: acionado caso o rompimento do limite interno ocorra dentro dos primeiros 18 (dezoito) meses da projeção;
- Contingência Nível 3: acionado caso ocorra o rompimento do limite "Mínimo Regulatório" em qualquer prazo.

Para cada nível são notificados formalmente os devidos membros, detalhando em qual horizonte de tempo a projeção de capital sofreu rompimento de seu limite. Apreciado o assunto define-se estratégias para a adequação do capital.

Os procedimentos do Plano de Contingência estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital que tem como objetivo definir diretrizes para o Gerenciamento de Capital do Banco Triângulo S.A. e suas Controladas.

São realizadas, periodicamente, simulações dos cenários de estresse por meio de projeções, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas para determinar o impacto sobre o capital.

Além disso, são enviados, periodicamente, os relatórios gerenciais que são apresentados à alta administração, através dos comitês ALCO, CFR e CAC e também Conselho de Administração.

b. Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Circular 3.959/19 artigo 17, o Banco realizou análise de sensibilidade sobre incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social, a análise foi realizada através do comportamento das carteiras em cenários de estresse, adotando os seguintes cenários abaixo:

Cenário 1: O cenário otimista contempla uma melhora de 15,6% na geração de receitas, um aumento de 31,1% no nível de provisionamento em relação aos parâmetros atuais para fazer face ao crescimento dos ativos de crédito e uma melhora de 17,8% nos níveis de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e civis.

Cenário 2: Cenário provável contempla uma melhora de 7,1% na geração de receitas em relação ao cenário atual, um aumento de 43,3% no nível de provisionamento em relação aos parâmetros atuais para fazer face ao crescimento dos ativos de crédito e uma melhora de 15,2% nos níveis de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e civis.

Cenário 3: Cenário pessimista, o qual contempla uma piora de 4,8% na geração de receitas em relação ao cenário atual, um aumento de 60,6% no nível de provisionamento em relação aos parâmetros atuais para fazer face ao crescimento dos ativos de crédito e uma melhora de 12,2% nos níveis de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e civis.

	Impactos Brutos no Resultado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Produtividade (*)	15,6%	7,1%	-4,8%
Provisões PCLD	31,1%	43,3%	60,6%
Provisões para contingências	17,8%	15,2%	12,2%

(*) contempla margem financeira e serviços, líquidos de impostos diretos.

36. Resultado Não Recorrente

Não foram identificados resultados não recorrentes para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

Natureza de Relacionamento	Ativo				Passivo		31/12/2021	
	Valores a Receber	Operações de Crédito	Captações	Obrigações	Rendas Operações de Crédito	Receitas	Despesas de Captação	Despesas
Acionistas								
Subtotal	-	-	512	24	-	-	(70)	-
Administradores e Conselho	-	-	512	24	-	-	(70)	-
Subtotal	-	-	85	79.526	-	-	(6.380)	-
Empresas								
Almart Administração e Particip. S.A.	-	-	1.099	-	-	-	(185)	-
Martins Agropecuária	-	-	11.659	-	-	-	(514)	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	70	26.450	56.372	367	1.696	108	(2.671)	(1.957)
Martins Integração Logística Ltda.	-	-	13.004	-	-	-	(377)	-
Martins Participações Ltda.	-	-	18.890	-	-	-	(632)	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	35	-	3.803	-	-	402	(204)	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	-	-	19.020	-	-	-	(833)	-
Tricard Serviços de Intern. de Cartões de Crédito Ltda.	588	-	151	4.953	-	4.146	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	69	-	21.716	-	-	728	(872)	-
Tricard Participações Ltda.	-	-	386	-	-	-	(21)	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	6.035	-	196.234	3	-	3.618	(8.777)	-
Demais Ligadas	-	-	60.867	-	-	-	(2.060)	-
Subtotal	6.797	26.450	403.201	5.323	1.696	9.002	(17.146)	(1.957)
Pessoas Físicas Ligadas	-	-	64	55.436	-	-	(2.872)	-
Subtotal	-	-	64	55.436	-	-	(2.872)	-
Total	6.797	26.599	538.675	5.347	1.696	9.002	(26.468)	(1.957)

Natureza de Relacionamento	Ativo				Passivo		30/06/2021	
	Valores a Receber	Operações de Crédito	Captações	Obrigações	Rendas Operações de Crédito	Receitas	Despesas de Captação	Despesas
Acionistas								
Subtotal	-	-	1.707	-	-	-	(29)	-
Administradores e Conselho	-	-	8	126.992	-	-	(29)	-
Subtotal	-	-	8	126.992	-	-	(2.216)	-
Empresas								
Almart Administração e Particip. S.A.	-	-	62	-	-	-	(21)	-
Martins Agropecuária	-	-	8.350	-	-	-	(137)	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	68	7.766	82.405	135	549	34	(835)	(790)
Martins Integração Logística Ltda.	-	-	8.197	-	-	-	(68)	-
Martins Participações Ltda.	-	-	11.882	-	-	-	(135)	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	32	-	8.865	-	-	208	(113)	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	-	-	17.603	-	-	-	(238)	-
Tricard Serviços de Intern. de Cartões de Crédito Ltda.	590	-	694	5.676	-	2.075	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	75	-	20.440	-	-	383	(309)	-
Tricard Participações Ltda.	-	-	509	-	-	-	(7)	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	6.124	-	187.970	3	-	1.960	(2.455)	-
Demais Ligadas	-	-	27.455	-	-	-	(491)	-
Subtotal	6.889	7.766	374.432	5.814	549	4.660	(4.809)	(790)
Pessoas Físicas Ligadas	-	-	5	64.087	-	-	(1.185)	-
Subtotal	-	-	5	64.087	-	-	(1.185)	-
Total	6.889	7.779	567.218	5.814	549	4.660	(8.239)	(790)

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2021 foi prevista conforme Ata da

Assembleia Geral Ordinária de 07 de abril de 2021, entre fixo e variável totalizando o montante de R\$ 22.000 (R\$ 15.000 em 2020), que inclui salários, encargos e benefícios.

Segundo o CPC 5, o qual prevê as categorias de divulgação da remuneração a empregados chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$ 8.597 (R\$ 8.258 em 2020), como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

24. Rendas de operações de crédito

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Empréstimos, títulos descontados e adiantamento a depositantes	214.114	404.833	329.648
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	21.309	36.707	51.280
Financiamentos	14.892	30.397	29.818
Antecipação de recebíveis	8.005	12.885	7.762
Total	258.320	484.822	418.508

25. Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

a. Outras receitas operacionais

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Operações Compromissadas	20.055	26.531	17.766
Títulos e Valores Mobiliários	5.998	8.486	3.857
Depósitos Interfinanceiros	45	108	272
Total	26.098	35.125	21.895

b. Instrumentos financeiros derivativos

Hedge de Fluxo de Caixa:

O objetivo das operações de hedge realizadas no exercício de 2021, foram o de proteger riscos inerentes ao patrimônio, previstos pela identificação de exposição de sua carteira passiva relacionados a indexador de suas operações. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, referentes ao exercício de 31 de Dezembro de 2021, estão assim compostos:

	12/2021		
	Receita	Despesa	Líquido
Instrumentos Financeiros Derivativos:			
DI Futuro	44.299	25.995	18.304
Total	44.299	25.995	18.304

26. Despesas de operações de captações no mercado

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Depósitos a prazo	41.906	56.640	31.698
Letras Financeiras - LF	19.422	26.359	13.478
Depósitos Interfinanceiros	17.245	24.461	10.277
Letras de crédito Imobiliário - LCI	2.856	3.873	1.483
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	957	1.841	1.763
Operações compromissadas	41	42	4
Total	82.427	113.216	58.703

27. Receitas de prestação de serviços

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Intercâmbio Cartões	56.716	106.032	61.223
Tarifa Interbancária	4.507	8.868	8.576
Serviço Correspondente bancário	2.455	5.314	7.569
Outras	1.045	2.072	2.334

Demonstrações Financeiras 2021

tribanco

JUNTOS COM O VAREJO BRASILEIRO

continuação

Banco Triângulo S.A. CNPJ nº 17.351.180/0001-59

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, Diretores e Acionistas do Banco Triângulo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Triângulo S.A. ("Banco" ou "Tribanco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Triângulo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de março de 2021, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha

Contador

CRC nº 1 SP-214144/O-7

Deloitte.

BCO TRIANGULO - DIGITAL PGs 01-05 pdf
Código do documento 85675e22-dc1a-4e16-b20c-a7bdd162b3ca



Assinaturas



daniel pedro do nascimento filho
danielnascimento.sp@dabr.com.br
Assinou

daniel pedro do nascimento filho

Eventos do documento

30 Mar 2022, 00:05:49

Documento 85675e22-dc1a-4e16-b20c-a7bdd162b3ca **criado** por NATHÁLIA BALLESTEROS (65044c84-6296-48b6-9ded-a8476975adc9). Email: da.marketing20@gmail.com. - DATE_ATOM: 2022-03-30T00:05:49-03:00

30 Mar 2022, 00:06:23

Assinaturas **iniciadas** por NATHÁLIA BALLESTEROS (65044c84-6296-48b6-9ded-a8476975adc9). Email: da.marketing20@gmail.com. - DATE_ATOM: 2022-03-30T00:06:23-03:00

30 Mar 2022, 00:07:30

DANIEL PEDRO DO NASCIMENTO FILHO **Assinou** (fff54438-cd5b-4b09-8fbc-3dce31b71f25) - Email: danielnascimento.sp@dabr.com.br - IP: 187.38.62.46 (bb263e2e.virtua.com.br porta: 22110) - Documento de identificação informado: 146.470.648-40 - DATE_ATOM: 2022-03-30T00:07:30-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6b3104e838e458ad56a1c93fb0c781daac382ee784c1afd25a16c7992a9fc2ae
(SHA512):c240b1c19d6f4fa43b1759ea32309f736f4833495cd77aa0c2381fe03ea56a08285a3fd914a8f5af495f81f11c1971d92f0816c4ca0d1e5047ffb4d7055aa230

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign